

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Óleo ainda chega, mas maioria das praias está limpa	1
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Petrobras e Bolívia negociam mudança na fórmula de preço do gás natural	3
VEÍCULO: O Globo	5
Título: Com desbloqueio do orçamento	5
Título: Não se deve adiar a privatização da Eletrobras	7
Título: Mancha de óleo volta às praias do Ceará e pode prejudicar turismo	8
Título: Eficiência e energia	10

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/12/2019

Seção: Metrópole

Autor: Janaína Araújo

Título: Óleo ainda chega, mas maioria das praias está limpa

Ambiente. Quatro meses após os primeiros registros, só em dois lugares ainda há relato de manchas de óleo e outros 471 têm vestígios esparsos. Após dois meses, novos avistamentos de petróleo cru ocorreram no Ceará; para banhistas, recomenda-se cautela

“Aqui foi o primeiro lugar que apareceu. Tenho na memória o cheiro forte daquele líquido preto, que não sabíamos o que era. Os turistas saindo do mar com os corpos pretos”, lembra Irenilze Paixão, coordenadora da Defesa Civil de Conde (PB), sobre a chegada da primeira das manchas de petróleo cru na costa brasileira, em 30 de agosto. Quatro meses depois, ontem ainda havia novos registros de petróleo cru – e há possibilidade de mais avistamentos até março –, mas o balanço é de que a maior parte das praias está limpa. Ao menos 980 localidades de 129 municípios foram atingidas em 11 Estados até agora, incluindo praias, rios, ilhas, manguezais e áreas de proteção ambiental permanente. Mas o problema vem diminuindo: só em dois locais há manchas, com mais de 10% da praia contaminada.

Do total, pouco mais de metade (507) é considerada “limpa” e outra grande parte (471) só tem 10% de contaminação, conforme balanço do dia 28 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Após dois meses, o petróleo cru voltou a poluir o litoral norte do Ceará. Os registros de ontem foram nas Praias de Caetanos de Baixo e Caetanos de Cima, no município de Amontada. Para o professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) Luis Ernesto Bezerra, um efeito chamado swell pode ter sido a causa. “Esse óleo continua no mar e ondas um pouco mais fortes, criadas por ventos mais fortes, acabam trazendo de volta o óleo que estava em alto-mar”, explica. Outra hipótese levantada pelo especialista é de que ainda pode haver óleo no fundo do mar, e as ondas mais fortes trazem a substância.

A Secretaria de Meio Ambiente também considera essas possibilidades – com os ventos fortes, pode haver reaparecimento de óleo no Ceará até março. Até agora, 22 toneladas de resíduos oleados foram recolhidas em 29 praias de 16 municípios cearenses. O mesmo se vê em outros Estados: na última semana, 30 quilos foram retirados da Praia de Tambaba, localizada em área de preservação ambiental e atrativo turístico de Pernambuco. Ele ainda está nas pedras. “A sensação que tenho é de que o óleo é uma assombração, sabe? Continuamos fazendo o trabalho de vistoria nas praias, retirando os resquícios que aparecem com a maré”, desabafa Irenilze, de Conde.

A taxa de ocupação dos hotéis e pousadas no município diminuiu 15% em relação ao mesmo período do ano passado. E o impacto ambiental também afeta o comércio local, restaurantes e as empresas de passeios náuticos. Na Associação dos Pescadores da Praia do Amor, Antônio Jerônimo dos Santos, de 60 anos, diz que está “cismado”. “Moro aqui há 35 anos e nunca tinha visto isso”, afirma. O pescador Felipe Montenegro, de 26 anos, lembra que ainda tem óleo colado no convés “É uma tristeza tudo isso. Ficamos assustados, mas agora acredito que vai melhorar.” Banhistas. Amostras das águas das praias paraibanas atingidas pelas manchas não apontaram contaminação por petróleo, segundo avaliação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Segundo o governo da Paraíba, o óleo não afeta a balneabilidade Embora o balanço mais recente aponte a presença de óleo em 473 localidades (cada localidade equivale a até um quilômetro de extensão), não há uma lista específica de praias não adequadas para o banho. Com manchas em Abrolhos e na Praia de Cumuruxatiba e fragmentos em 223 localidades, a Bahia apenas não recomenda que banhistas toquem ou recolham petróleo e avisem as autoridades (incluindo casos de animais oleados). Já em Alagoas, o governo diz que o óleo em praias como Japaratinga e outras 55 é antigo e ainda não foi completamente retirado por exigir uma busca mais “refinada” pelas prefeituras. / COLABORARAM PRISCILA MENGUE e LEONARDO AUGUSTO E LÔRRANE MENDONÇA, ESPECIAIS PARA O ESTADO

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/12/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras e Bolívia negociam mudança na fórmula de preço do gás natural

A Petrobras e a estatal boliviana YPFB assinaram na sexta-feira (27) acordo de transição para manter importações de gás boliviano enquanto negociam um adendo ao contrato atual, que vence nesta terça-feira (31).

O acordo garante o envio ao Brasil de 19,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia até 10 de março, quando está prevista a assinatura de adendo ao contrato com novos cronogramas de entrega.

Nesse período, as duas partes negociarão ainda uma mudança na fórmula de indexação do gás, para alinhar os preços às cotações internacionais do combustível.

O contrato original, que levou à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), previa a entrega de até 30 milhões de metros cúbicos por dia durante 20 anos.

Como consumiu menos do que o contratado em 1999, a Petrobras tem um saldo de 29.1 bilhões de metros cúbicos a importar. Deste total, 1.1 bilhão já foram pagos mas não consumidos.

Segundo a YPFB, a Petrobras pagará durante o período de transição para importar até 19,25 milhões de metros cúbicos por dia. Compras adicionais serão descontadas do volume já pago.

Até 10 de março, será negociado um cronograma de entrega dos volumes restantes em até quatro anos. A YPFB espera vender à estatal brasileira uma

média de 20 milhões de metros cúbicos por dia. Em entrevista há duas semanas, o ministro boliviano Victor Hugo Zamora afirmou que a fórmula de indexação do contrato deve mudar para se alinhar ao preço mundial do gás.

Na avaliação de especialistas, a mudança tem o objetivo de melhorar a competitividade do gás boliviano em um cenário de crescimento do comércio do combustível em navios e podem representar redução no valor da commodity.

O sócio-diretor da consultoria Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, diz que há hoje uma convergência entre os preços do gás nos principais mercados à cotação americana conhecida como Henry Hub e que, com a mudança, o gás boliviano deve passar a ter comportamento mais próximo a essas cotações.

“Não necessariamente significa queda de preços, mas pelo menos garante uma flutuação mais parecida [com as cotações internacionais]”, afirma, frisando que o preço de partida do futuro contrato ainda não é conhecido.

A Bolívia enviou ao Brasil uma média de 16,9 milhões de metros cúbicos por dia até outubro, 23,1% amenos do que a média de 2018. É o menor volume desde 2005, quando o MME (Ministério de Minas e Energia) passou a publicar boletim sobre o tema.

Por outro lado, a importação de gás natural por navios cresceu 32,2% este ano — para 9,15 milhões de metros cúbicos por dia

A Bolívia quer negociar a capacidade adicional do Gasbol com importadores privados no Brasil. A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) já tem uma chamada pública de interessados.

O processo chegou a ser suspenso apedido do Cade (Conselho Administrativo de Direito Econômico), diante do risco de a estatal ocupar totalmente o gasoduto nos próximos anos, mas foi retomado na semana passada. Na primeira chamada, 18 empresas demonstraram interesse.

Agora, a Petrobras terá de renunciar a parte da capacidade para que o processo seja concluído. Tanto a chamada pública quanto as negociações foram prejudicadas pela instabilidade na Bolívia, que culminou com a renúncia do ex-presidente Evo Morales.

A quebra do controle estatal no fornecimento de gás é um dos pilares do programa Novo Mercado de Gás, do Ministério da Economia, para reduzir o preço do combustível.

VEÍCULO: O Globo**Data: 31/12/2019****Seção: Economia****Autor: MARCELLO CORRÊA****Título: Com desbloqueio do orçamento**

Ministérios correm para gastar R\$ 37,2 bilhões até o fim do ano

BRASÍLIA- A liberação bilionária de recursos a partir dos leilões do petróleo obrigou ministérios e outros órgãos do Executivo federal a correrem contra o tempo para tentar gastar o dinheiro desbloqueado às vésperas do fim do ano. Até novembro, ao menos R\$ 37,2 bilhões não haviam sido gastos, segundo dados do Ministério da Economia.

Nos primeiros meses de 2019, o governo chegou a bloquear mais de R\$ 30 bilhões do Orçamento, porque a arrecadação de impostos estava abaixo das expectativas. De julho em diante, no entanto, o cenário começou a ser revertido. A confirmação da realização do leilão de petróleo no excedente da chamada cessão onerosa foi o fator decisivo para garantir o desbloqueio total desses valores.

Há duas semanas, ao fazer um balanço do ano, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse que já estava sendo procurado por ministérios para receber dinheiro de volta.

— Nos últimos três meses deste ano, com os leilões de petróleo, colocamos para dentro da nossa receita quase R\$ 100 bilhões. (Foram) R\$ 70 bilhões da cessão onerosa e mais outros bilhões dos outros leilões de petróleo. Hoje, alguns ministérios já estão nos ligando querendo devolver dinheiro — disse o secretário.

O recurso que não é executado é revertido para reduzir o rombo fiscal no fim do ano, o que reforça a previsão de que o resultado de 2019 ficará bem melhor do que a meta de déficit de R\$ 139 bilhões estabelecida pelo governo no ano passado.

Ainda não há uma estimativa oficial sobre quanto retornará ao caixa do governo. Na segunda semana de dezembro, O GLOBO procurou todos os ministérios e órgãos que administram o próprio Orçamento. Dos 31 consultados, 18 responderam. A maioria prevê que todo o valor liberado será empenhado, mas alguns já admitem que isso não deve ocorrer.

Entre os órgãos que admitem que não devem gastar todo o dinheiro disponível, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é a responsável pela

maior sobra de recursos. A Aneel havia sido autorizada a gastar R\$ 156,8 milhões em 2019, mas precisou se reprogramar quando o Orçamento foi contingenciado no início do ano. Assim, deixará de gastar R\$ 27 milhões.

“As áreas administrativas tinham refeito sua programação para se ajustar aos limites orçamentários vigentes até novembro. Dessa forma, aproximadamente R\$ 27 milhões serão devolvidos ao Ministério da Economia”, disse a agência, em comunicado.

REPRESSÃO DE OLHO NA META

Entre os ministérios, dez responderam. A maior sobra deve ser registrada no Ministério da Agricultura, que previu empenhar cerca de 90% dos recursos liberados para o ano. Como o Orçamento da pasta para 2019 foi de R\$ 2,4 bilhões, a sobra poderia chegar a R\$ 245 milhões, aproximadamente, caso o empenho fique de fato na casa dos 90%.

Os seguintes ministérios informaram que devem empenhar todo o recurso previsto para o ano: Itamaraty, Saúde, Controladoria-Geral da União, Desenvolvimento Regional, Turismo e Cidadania.

Os ministérios de Educação, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura, Meio Ambiente, Defesa e Mulher, da Família e Direitos Humanos não responderam.

Para especialistas, a dificuldade para gastar é um resultado natural do descontingenciamento que ocorreu em novembro, já no fim do ano.

— Isso acontece às vezes em primeiro ano, quando a autoridade da área faz uma repressão de Orçamento maior do que seria o caso, sem querer correr risco de não cumprir uma meta — explica o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas.

Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, observa que a sobra de recursos não deve se repetir em 2020, principalmente porque o contingenciamento não precisará ser tão grande nos primeiros meses:

— O risco de empoçamento é menor, porque acho que o crescimento não vai frustrar. Então, a receita não vai frustrar. Com isso, o governo não vai ter que contingenciar aquilo tudo.

VEÍCULO: O Globo**Data: 31/12/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Não se deve adiar a privatização da Eletrobras**

Congresso precisa ter consciência de que está em jogo a energia necessária para o crescimento

A cada proposta que implique modernizar a máquina pública, com a redução de privilégios de castas que capturaram partes do Estado em proveito próprio, e que necessite da aprovação do Congresso, há previsíveis resistências entre parlamentares. Faz parte da democracia representativa. Resta empreender negociações políticas no Legislativo, para convencer bolsões de resistência de que medidas que na aparência são impopulares resultarão em ganhos para a população como um todo.

O bom exemplo recente é a aprovação da reforma da Previdência. Apesar da cerrada campanha contra, normas do sistema previdenciário foram aperfeiçoadas no sentido correto.

O acúmulo de ajustes a serem feitos é grande. Por isso, a pauta do Congresso é cada vez mais desafiadora para deputados e senadores. Um dos projetos que se enquadram no quesito de alta relevância é o da privatização do controle da Eletrobras, tema que vem do governo Michel Temer e é tratado com a relevância necessária pela equipe econômica de Jair Bolsonaro.

No início de novembro, projeto de lei, com a assinatura do presidente, foi enviado ao Congresso, onde o esperavam resistências anunciadas. Certo tipo de político não gosta de privatização porque costuma usar as estatais para viabilizar projetos pessoais e de poder. Um Estado sem empresas é o que poderia acontecer de melhor para a sociedade. Ao contrário, para esses políticos é o mais assustador dos pesadelos.

Informa o jornal “Valor” que as resistências aumentaram. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ainda não instalou comissão para dar início à tramitação do projeto. E talvez só instale para debater o assunto. Espera, informa-se, que articuladores do governo aplainem o terreno no Senado, para que a Câmara não aprove uma proposta que poderá ser rejeitada na outra Casa. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), precisa ajudar.

Enquanto isso, o tempo passa, e projetos de investimento no setor elétrico não decolam, porque o maior acionista da Eletrobras, o Estado, sabidamente não tem dinheiro.

As maiores resistências estão em bancadas do Norte e Nordeste, com longa tradição de atuarem no setor elétrico. Precisam ser convencidas do contrário, pois há risco real de faltar energia para o país voltar a crescer de maneira sustentada. A péssima experiência do apagão da década de 90, na gestão FH, deveria convencê-las do perigo à frente.

O Estado não sairá por completo da empresa. Ficará com menos de 50% das ações com direito a voto da companhia, mas sem “golden share” — que dá direito a vetos —, para tornar o negócio mais atrativo ao setor privado. Será aplicada a fórmula da bem-sucedida diluição do controle da BR Distribuidora, outrora da Petrobras, cuja posição majoritária foi compartilhada com investidores no mercado.

O país já tem muitos entraves para voltar a crescer. Não pode permitir que a essas dificuldades venha se somar a falta de energia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/12/2019

Seção: Sociedade

Autor: RENATO GRANDELLE

Título: Mancha de óleo volta às praias do Ceará e pode prejudicar turismo

Estado terá sistema de alerta acionado até março; ambientalista lembra que balneabilidade de algumas regiões afetadas pela substância pode ser prejudicada por até 20 anos

Foram dois meses sem óleo em suas praias. Mas ontem, no auge da temporada do verão, o Ceará voltou a encontrar manchas da substância na areia de dois municípios. A composição da substância ainda será analisada, mas o alarme já soou, e diversas regiões acometidas pelo material desde agosto temem eventuais prejuízos no setor de turismo durante o resto da estação.

Segundo boletim publicado na última sexta-feira, a substância já acometeu 980 localidades de 11 estados — todos da Região Nordeste, além do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Como a fonte do vazamento não foi identificada, foi preciso tomar cuidados emergenciais. O Ceará, por exemplo, manterá estado de alerta até março, por receio de que ondas formadas durante tempestades reúnam energia suficiente para levar à areia resíduos encontrados no fundo do mar, onde circula o óleo cru.

— Pelo menos 70% do fluxo turístico no final do ano é para locais de sol, praia e água doce, por isso o Nordeste é uma região muito visada — explica a

turismóloga Anna Carolina Lobo, coordenadora do Programa Mata Atlântica e Marinho do WWF-Brasil.

— No entanto, as pessoas podem rever a decisão sobre que locais visitarão quando são informadas sobre o impacto à saúde provocado pelo óleo.

Anna Carolina Lobo destaca que algumas praias nordestinas podem demorar 20 anos para recuperar sua balneabilidade. A situação é pior naquelas com ecossistemas mais frágeis, como manguezais e recifes de corais.

— O prejuízo é maior entre as comunidades de pescadores, porque muitos dependem quase exclusivamente do turismo — explica Lobo.

— A receita de suas vendas no verão costuma ser usada para o seu sustento ao longo do ano.

As praias acometidas ontem pela mancha de óleo foram Caetano do Clima, no município de Amontada; e Apiques, em Itapipoca. A primeira conta com uma rede de turismo comunitário, formado por cerca de 200 pescadores artesanais e pequenos agricultores, cuja atividade econômica é diretamente prejudicada pela substância que chegou à areia. Amostras das manchas de óleo foram recolhidas por militares da Marinha, agentes do Ibama e da Defesa Civil, além de voluntários.

Mauro Rebelo, professor do Instituto de Biofísica da UFRJ, diz não ver motivo para alarmismo: — É um problema mais estético do que de saúde pública. Imagino que essa seja a principal preocupação para o turismo — avalia.

— O óleo se dissolve pouco na água, então é improvável que as pessoas que tiveram pouco contato com ele desenvolvam sintomas de alguma doença.

Para o professor, o risco toxicológico de contaminação do pescado pelo óleo também não deve ser temido.

— A chance de passar mal por comer um peixe mal armazenado em uma barraca é muito maior do que a de ter reações adversas a um pescado em meio à crise do óleo — compara.

— Não quero minimizar o desastre que foi esse vazamento, mas devemos avaliar melhor quais foram os seus danos reais. A saúde pública não sofreu um problema.

VEÍCULO: O Globo**Data: 31/12/2019****Seção: Artigos****Autor: Suely Carvalho****Título: Eficiência e energia**

Em todo o planeta milhões têm ido às ruas pelo clima, e os representantes do povo vêm se mostrando sensíveis a este clamor. Em setembro, o Parlamento Europeu declarou “emergência climática e ambiental”. Na Conferência do Clima da ONU (COP-25), em Madri, a presidente da Câmara dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, reafirmou o apoio dos americanos ao Acordo de Paris — mesmo que o presidente Trump tenha tirado o país do tratado. No Brasil, segundo o Datafolha, 85% da população acreditam que a temperatura está subindo e 72% concordam que somos os responsáveis. O Congresso Nacional poderia provar que está em sintonia com a população ratificando a Emenda de Kigali.

Este adendo de 2016 ao Protocolo de Montreal entrou em vigor em 2019. Até agora 89 países ratificaram. O texto determina a queda no consumo de hidrofluorcarbonetos (HFCs). O impacto dos HFCs chega a ser 12 mil vezes maior que o do CO₂. HFCs são usados em equipamentos de refrigeração e ar-condicionado, como o residencial. Calcula-se que com a Emenda de Kigali, o aumento de temperatura seria 0,5°C menor que o esperado até o fim do século. A ratificação gera desenvolvimento e empregos. A Emenda incentiva a troca de técnicas obsoletas por outras que reduzam o consumo de eletricidade.

Ratificá-la representa o acesso ao Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal (MLF), destinado a programas de conversão tecnológica e capacitação de técnicos de refrigeração. A adoção de medidas de estímulo à eficiência energética bastaria para a redução de 39,3 TWh até 2035, gasto de 11,9 milhões de casas no período. Além disso, a mudança garantiria R\$ 152 bilhões a menos na conta de luz entre 2021 a 2035. O Congresso brasileiro tem um compromisso com a História. Cada dia perdido representa prejuízo irreparável.

Suely Carvalho é consultora do Instituto Clima e Sociedade (ICS) e ex-diretora da Unidade do Protocolo de Montreal no PNUD

MME / ASCOM .